

EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA: COMPARTILHAR A GESTÃO, PROMOVER AS LÍNGUAS, QUALIFICAR AS POLÍTICAS - DESAFIOS E NOVOS PROTAGONISMOS.

Rosângela Morello¹

Resumo: A execução conjunta de programas educacionais se apresenta cada vez mais como uma realidade para uma adequada abordagem de contextos complexos como a fronteira, onde a presença de muitas línguas é uma constante. No entanto, na medida em que requer abertura para negociações, a execução de tais programas requer também a consolidação conjunta de modos de formulação e acompanhamento do trabalho, fato que se apresenta ao mesmo tempo como uma inovação e um desafio para as políticas públicas. Este texto tematiza essa problemática a partir da consideração de dois programas para a educação linguística na fronteira : o Programa das Escolas Interculturais Bilíngues de Fronteira - PEIBF (multilateral, SEM/MERCOSUL) e o Observatório da Educação na Fronteira - OBEDF (Multiinstitucional, apoio CAPES/Brasil).

Palavras-chaves: política linguística, educação linguística, gestão de línguas, fronteira, MERCOSUL.

Abstract: Joint educational programs are increasingly seen as an adequate approach to complex social contexts such as frontier zones, where we find the presence of many languages. However, as they require openness to negotiation, such programs depend on the joint implementation of ways of formulating and accompanying the work, which is at one and the same time an innovation and a challenge in terms of public policies. This article explores this issue from the point of view of two programmes for linguistic education at the frontier - the Programme for Bilingual Intercultural Frontier Schools - PEIBF(multilateral, SEM/MERCOSUL) and the Observartory on Frontier Educationn - OBEDF (Multiinstitutional, sponsored by CAPES/Brasil).

Keywords: language policy, language education, language management, border, MERCOSUR

¹Coordenadora Geral do IPOL-Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística/Brasil dandarim@gmail.com.

I. Introdução

A execução conjunta de programas educacionais se apresenta cada vez mais como uma realidade para uma adequada abordagem de contextos complexos como a fronteira, onde a presença de muitas linguas é uma constante. No entanto, na medida em que requer abertura para negociações, a execução de tais programas requer também a consolidação conjunta de modos de formulação e acompanhamento do trabalho, fato que se apresenta ao mesmo tempo como uma inovação e um desafio para todas as partes envolvidas. Seguindo as análises de Pierre Muller (2006), podemos dizer que a gestão compartilhada quase sempre impõe mudanças nas formas tradicionais de gestão dos trabalhos, as quais se refletem nos mais variados níveis de gestão das políticas, inclusive as educacionais.

Nesse enquadre, programas para a educação linguística na fronteira tais como o Programa das Escolas Inteculturais Bilingues de Fronteira - PEIBF (multilateral, SEM/MERCOSUL) e o Observatório da Educação na Fronteira - OBEDF (Multiinstitucional, apoio CAPES/Brasil)², reúnem em sua concepção e proposta de execução, várias características que permitem trazer ao debate os desafios e vantagens dessas mudanças, uma vez que se estruturam como programas de gestão compartilhada. Entre os variados pontos suscetíveis de debate, interessa-nos, neste texto, tematizar uma especificidade desses programas, a saber : sua gestão se constituiu pelo modo em que as línguas entram em cena tanto como espaços das negociações quanto como objetos de atenção. Neste sentido, o quadro político de sua gestão inclui centralmente a definição de uma política linguística que a organiza e que se reflete nos resultados esperados. Este texto é dedicado a explicitar a relevância histórica e política de trabalharmos sobre essa definição, situando sua necessidade em face das políticas de blocos da nova economia.

² A referência a estes programas se deve a nossa atuação em sua execução como assessora do IPOL, no caso do PEIBF, e como coordenadora no caso do OBEDF. Este artigo se inspira na análise de aspectos comuns ao funcionamento destes programas, sem no entanto, detalhar cada um. Maiores informações sobre o PEIBF podem ser obtidas em consulta ao MEC/Brasil, e sobre o OBEDF em obedf2010@gmail.com

II. A Gestão das Línguas nos Blocos Econômicos

Muito raramente o agrupamento linguístico coincide com o limite territorial de um Estado, escreve Zabaltza (2006). A produção política e ideológica dessa coincidência fez parte da formação dos Estados Nacionais, que se designaram como principais fontes e focos das ações de controle dos territórios e seus habitantes. Logo, também das línguas. O aparato jurídico, administrativo e político que legitimou esse processo requereu, como se sabe, modelos de gestão de políticas públicas a partir dos valores ligados aos interesses de cada Estado e dos capitais intelectuais mobilizados pelos grupos que historicamente o ocuparam. No entanto, além de questionados historicamente por movimentos sociais em busca de um estado de direito mais equânime, marcadamente no que diz respeito à distribuição de riquezas e à garantia dos direitos, inclusive culturais e linguísticos, muitos de tais modelos se deparam, agora, com a dinâmica de produção e circulação dos conhecimentos ligada à nova economia e à formação de blocos geopolíticos (Marazzi, 1996) tendo, por isso, suas estruturas e modos usuais de organização profundamente abalados.

De fato, a partir do início do século XXI, sob os auspícios do acelerado desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação, cada vez mais as políticas têm sido geridas nos espaços supranacionais dos blocos geoeconômicos, que são por natureza plurilíngues e multiculturais. A gestão dos interesses nestes espaços implica a construção de um espaço comum de ação política, com agenda, formas de representação e de decisão compartilhados. De acordo com Pierre Muller, “le développement de formes de représentations communautaires plus compétitives e plus ouvertes tend peu à peu à changer les règles du jeu du dialogue entre l’État e les groupes y compris dans les négociations nationales” (2006: 102)

Sem ignorar a múltiplas tensões que conformam o processo mais geral de polarização das políticas socioeconômicas e suas culturas na nova economia, analisadas em estudos aprofundados como, por exemplo, os de Christian Marazzi (2009), Boaventura de Souza Santos (2010) e Manuel Castells (1999), as regiões fronteiriças, espaços **internacionais**, plurilíngues e pluricultural, exigem elas também, programas de educação linguística multilaterais ou multiinstitucionais e, por-

tanto, a construção de mecanismos de gestão compartilhados. Aceleradas pelas novas dinâmicas da nova economia, essas demandas encontram eco no planos políticos dos blocos econômicos e nas políticas públicas de cada estado Nacional. O Programa das Escolas Interculturais Bilingues de Fronteira - PEIBF (multilateral, SEM/MERCOSUL) e o Observatório da Educação na Fronteira - OBEDF (Multiinstitucional, apoio CAPES/Brasil) são, essencialmente, respostas a estas demandas. A eles nos reportaremos brevemente para situar nosso debate.

III. Dois programas de educação linguística e um mesmo desafio: a gestão

Iniciado em 2005, como um acordo bilateral entre Brasil e Argentina, o PEIBF foi, em 2007, incorporado ao Mercosul Educacional, abrindo-se para a participação dos países membros. Logo em 2008, Paraguai, Uruguai e Venezuela estabeleceram negociações com o Brasil para se integrarem ao Programa, e em 2009, tiveram início as atividades com estes novos países parceiros. Assim, em 2010, 28 escolas (14 brasileiras e 14 dos países vizinhos) distribuídas por 24 cidades pares (cidades espelhos ou gêmeas) e cerca de 4500 alunos tomavam parte deste Programa.

Com o objetivo de promover a valorização do conhecimento linguístico e cultural do aluno e do docente que vivem na fronteira, o PEIBF é desenvolvido por escolas parceiras (uma de cada país) de cidades pares, que passam a realizar planejamento comum com intercâmbio de docentes. Na outra escola, os docentes ministram aulas na sua língua, trazendo-as para a sala de aula não como línguas sobre as quais se aprende apenas, mas como línguas nas quais se ensina. As línguas Portuguesa e Espanhola são assim promovidas em toda a rede de escolas do PEIBF. Na fronteira com Paraguai, também o Guaraní está informalmente presente no ensino.

O PEIBF tem sua especificidade naquilo que consiste também seu maior desafio, a saber: a criação de um modelo de ensino comum, com gestão compartilhada, tendo por foco o bilinguismo e a interculturalidade. Esta especificidade, por outro lado, faz com que a prática bilíngüe e intercultural percorra todo o processo, em todas as instâncias de construção do programa.

No espaço escolar, a presença do docente “que fala outra língua com outra cultura, inclusive para ensinar” propicia uma relação direta com o *outro* - a *outra escola*, o *outro ritual*, o *outro sistema de ensino* - gerando múltiplos canais de interação, de práticas lingüísticas, e de aprendizagens.

Além disso, a construção de um modelo comum supõe uma perspectiva de atuação que não imponha um modelo de ensino de um país sobre o outro. Por isso, elege-se como unidade de trabalho projetos de ensino-aprendizagem (ou de pesquisa) propostos pelas turmas, de cujo planejamento todos participam, organizando a partir deles suas atuações. Vivendo cotidianamente os efeitos das negociações, os docentes e os alunos passam a atuar em uma nova posição, distinta daquela vinculada a um plano de aula previamente definido e válido para todas as turmas. A negociação dos interesses é parte das práticas pedagógicas, o que faz delas ambientes plurilíngues, de muitos aprendizados.

Mas a gestão compartilhada da metodologia requer sincronicidade e ritmo nas ações das instâncias gestoras. Sob os auspícios dos Ministérios de Educação, que assumem o programa delegando sua execução pedagógica a especialistas do corpo ministerial ou a assessorias especializadas, e que articulam a participação, sempre que possível, de coordenadores locais das Secretarias Municipais e Estaduais e dos Ministérios Provinciais ou Departamentais de Educação, o PEIBF se constitui como um espaço de negociações em que, também neste lugar de gestão, um modelo de ensino de um país não se impõe ao outro, requerendo por isso, soluções compartilhadas, inovadoras e nem sempre institucionalizadas. Decorre dessa qualidade, uma distribuição de responsabilidades para a gestão do trabalho.

No entanto, muitas vezes, a necessidade de desenvolver, simultaneamente, uma aparelhagem institucional para ordenar parte dos encaminhamentos acordados no âmbito das políticas públicas dos Estados torna rarefeita a capacidade de consecução e ação dos partícipes no Programa. Vale citar, por exemplo, o desafio enfrentado no Brasil para legitimar o Ensino Bilíngüe no Sistema de Ensino Público. Para tanto, o MEC encaminhou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) uma solicitação de reconhecimento desta Rede de Escolas Públicas Bilíngues e Interculturais de Fronteira e de definição de diretri-

zes específicas para o funcionamento destas escolas. No entanto, a aprovação de tal medida segue a lógica de funcionamento do CNE, deixando, enquanto isso, desguarnecida, senão paralizada, boa parte dos encaminhamentos dados no âmbito do Programa.

Compartilhada também é a gestão do Projeto Observatório da Educação na Fronteira – OBEDEF, mas com outras determinações e desafios. Eles se situam, basicamente, no confronto de modelos de gestão dos conhecimentos e das línguas.

Iniciado em 2011, este projeto tem o apoio da CAPES (Edital 038/2010/CAPES/INEP – Programa Observatório da Educação), e é desenvolvido em parcerias entre instituições de ensino: Escolas de Ensino Fundamental e Universidades (UFSC, UNIR e UFAC). Seguindo a premissa do programa OBEDUC, o OBEDF deve ser capaz de articular as práticas próprias à pesquisa e ao ensino para qualificar o trabalho pedagógico. No entanto, a construção coletiva do processo de trabalho demanda uma assunção equânime de todos os envolvidos na produção de conhecimento, legitimando práticas de autoria também compartilhadas. Essa assunção colide, entretanto, com os mecanismos institucionalizados de gestão do conhecimento, pautados em distinções como, por exemplo, pesquisa/pós-graduação de um lado, e extensão/ensino, de outro. Colide também com as formas de gestão da autoria legitimadas por uma cultura científica gestada e gerida a partir de posições colonizadoras, e vinculadas às línguas de grande circulação. E por fim, faz emergir um debate sobre o lugar da pesquisa na preparação para o trabalho, tencionando as formas institucionalizadas de gestão das carreiras e de qualificação e atuação profissional.

A gestão compartilhada do trabalho, realizada de modo específico em cada um dos projetos, tem, no entanto, traços comuns, a saber: i) promove as línguas e os saberes locais e regionais, reconhecendo-os como parte constitutiva da concepção do trabalho e da consecução de seus objetivos; ii) redistribui responsabilidades pessoais e institucionais promovendo um protagonismo de todos os envolvidos; e iii) desafiam os modelos de gestão estabilizados, apresentando um potencial criativo para soluções conjuntas, tão necessárias às novas configurações da economia do conhecimento em rede, sustentadas por um novo lugar ocupado pelas línguas.

Por essa característica, ambos os projetos propõem um

novo alinhamento e sincronicidade nas ações políticas em variados níveis, em especial no que diz respeito ao acompanhamento dos trabalhos e de seus resultados. No entanto, alinhamento e sincronicidade são resultados de modelos de gestão particularizados pelos Estados Nacionais. Esses modelos contêm regras que autorizam e legitimam atores, instituições e procedimentos, que por sua vez, agem quase sempre dentro do quadro que os legitimou. Os programas de gestão compartilha- da tencionam esses modelos, requerendo estratégias para garantir sua continuidade sem perder aquilo que os qualifica, a saber, o fato de se exercerem como trabalho conjunto, onde a prática da interculturalidade conduz quase sempre a soluções criativas com grande efeito legitimador dos conhecimentos e das línguas em que são produzidos.

IV. Compartilhar a gestão, promover as línguas, qualificar as políticas: desafios e novos protagonistas

De modo geral, assim como salienta Pierre Muller em sua análise das políticas públicas no contexto da União Europeia, a negociação colegiada, própria à gestão compartilhada, na medida em que invalida a sobreposição de um modelo único demandando a participação de vários setores e atores, implica maiores incertezas quanto à objetividade do processo e a mensuração de seus resultados.

No caso específico de programas voltados a uma educação linguística, como os aqui citados, cuja origem no Brasil está ligada a um projeto societário que almeja superar as matrizes de um Estado monolíngue e, ao mesmo tempo, atualizar a formação escolar no que diz respeito aos desafios aportados pelas tecnologias e pelos modos de produção do trabalho na nova economia, sua consecução traz à tona importantes aspectos da gestão pública de políticas educacionais, cuja consideração ilumina o quadro de contribuições e desafios mobilizados na gestão compartilhada. Considerando o foco de discussão desse texto, e a título de abertura para novos debates, podemos situar as contribuições e desafios em três campos de ação:

Em primeiro lugar, podemos mencionar o campo da formação e qualificação dos atores e setores envolvidos: a posição de copartícipe na gestão dos conhecimentos em diferentes

línguas implica uma formação plurilíngue e intercultural por essência, sensível ao trato com a diversidade e qualificada para o domínio das relações em redes – da informação, da produção, da economia.

Em segundo lugar, temos o campo dos instrumentos e dispositivos técnicos e institucionais: a visualização de objetivos conjuntos conduz a busca de soluções que requerem análises comparativas de soluções já dadas, podendo estas análises levar a busca de novas vias para a efetivação dos resultados perseguidos. O desafio de enfrentar os modelos consolidados por cada setor de atividades e ações das políticas públicas pode ser de grande valor para o aprimoramento dos Estados na gestão pública das políticas educacionais. Nesta perspectiva podemos analisar a demanda de reconhecimento da educação bilíngue no sistema público brasileiro.

Por fim, podemos considerar o campo da promoção das políticas de interesse regional, legitimadas pela ação dos blocos econômicos. As relações ao mesmo tempo setorializadas e territorializadas (Muller, 2006) que marcam as políticas de blocos resultam em múltiplas ações que necessitam, cada vez mais, de estratégias de articulação e também de legitimação política no quadro da gestão pública. Muller (2006) chama a atenção para a dominância do referencial do mercado no âmbito da União Européia. No caso aqui em debate, da gestão da educação linguística na fronteira, as políticas de interesse regional têm sido exercidas principalmente pelo MERCOSUL, no qual podemos destacar, além do mercado, o referencial da reciprocidade (Oliveira, 2010) como grande mobilizador das políticas implementadas. Oliveira mostra o *modus operandi* desse referencial, evidenciado, por exemplo, nas iniciativas de inserção das línguas Espanhola e Portuguesa nos sistemas de ensino no Brasil e Argentina. Salientando o papel fundamental dos Estados na nova economia onde as línguas ocupam, cada vez mais, um lugar central, e mostrando a inúmeras iniciativas que marcam um novo lugar para as línguas na América Latina, diz o autor:

Estas oportunidades se criam com negociações políticas e com reciprocidade, como podemos mostrar à luz de vários exemplos na América do Sul, e não com o abandono da política, pela crença em uma suposta 'mão invisível' do mercado (Oliveira, 2010: 30);

Em seu conjunto, os campos de ações a que nos referi-

mos, em pleno processo de conformação, arregimentam cada vez mais iniciativas conjuntas, que favorecem uma entrada consistente dos estados no quadro atual da virada linguística da economia, conforme descreve Marazzi:

“A posição de cada país e de cada língua dependerá de sua capacidade de capitalizar o trabalho vivo imaterial, o saber e o conhecimento, e também da possibilidade de reverter os custos do saber e do conhecimento acerca dos preços relativos, verdadeiros veículos da chamada ‘troca desigual’ entre os novos centros e as novas periferias, entre as novas regiões Norte e Sul.” (Marazzi, 2009: 65)

Os programas de educação linguística a que nos referimos, encontram, sem dúvida, ressonância nessa luta por novas posições que atingem a todos nós, em especial, nós de países herdeiros de práticas colonizadoras de longa data. Por essa ressonância, contracenam com outros espaços de gestão dos conhecimentos nas línguas – nas ciências, nas mídias, nas tecnologias, nas relações profissionais, etc - , e assim engrossam a demanda por definições de diretrizes mais amplas que permitam articular e potencializar a gestão das línguas no quadro do MERCOSUL.

Traçar conjuntamente diretrizes para um marco de promoção das línguas no MERCOSUL, ao modo do que acontece com o marco europeu das línguas, se coloca assim, como uma necessidade para avançarmos nas gestões das políticas de bloco.

Nas políticas de bloco, a gestão compartilhada não é exterior à própria concepção do trabalho. Antes, é sua parte constitutiva. E se sua estruturação passa pelas línguas, pelo lugar que cada uma ocupa, a determinação de uma política linguística sobre os lugares das línguas no mundo globalizado e polarizado se torna fundamental.

IV. Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – volume I: *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

KYMLICKA, Will. “*Estados Multiculturales y Ciudadanos Interculturales*” em Zariquiey, R. (ed.) *Realidad Multilingue y Desafio Intercultural: ciudadanía, política y educación* (actas del V congreso latinoamericano

Rosângela Morello

del educación intercultural bilingüe). Cooperación Alemana al Desarrollo, Lima, Peru, 2003.

Marazzi, Christian. **O lugar da meias: a virada lingüística** da economia e seus efeitos sobre a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Muller, Pierre. **Les Politiques Publiques**. Press Universitaire de France, Paris, 1990. 6a. Edição, 2006.

Oliveira, Gilvan M. de. *O lugar das línguas : A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia*. **Synergies Brésil** n° spécial 1 - 2010 , pp. 21-30.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.

Tonussi, Fracesco. *La Investigación como Enseñanza*. **Cuadernos de Educación**. número 151 - Segunda edición. Editorial Laboratirio Educativo, Venezuela, 1999.

ZABALTZA, Xabier. **Una Historia de las Lenguas y los Nacionalismos**. Gediza Editorial, Barcelona, Espanha, 2006.

Enviado em: 02/08/2011 - Aceito em: 31/08/2011